

Política

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Escola de agentes na ditadura

Documentos revelam a paranoia militar com a ameaça comunista nos anos 60, com ensino de técnicas de disfarce e até de interrogatórios

RIO

Logo que as organizações de esquerda intensificaram as ações armadas contra o regime, no fim dos anos 1960, os militares se apressaram em criar centros especializados e formar agentes destinados a combatê-las.

Por essas escolas da repressão, ativas até 1989, passaram nomes que, mais tarde, figurariam nas listas de torturadores.

Nas aulas, eles aprenderam a conduzir interrogatórios, a disfarçar-se, a penetrar em residências sem deixar vestígios e a pensar e agir como guerrilheiros, razão pela qual estudaram textos proscritos no país, de autores como Che Guevara e Mao Tse Tung.

Um pedido com base na Lei de Acesso à Informação franqueou à reportagem os planos de aulas, as apostilas e a bibliografia dos cursos oferecidos pela Escola Nacional de Informações (EsNI), a formadora dos agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) a partir de 1972 e herdeira do curso



ACERVO DO ARQUIVO NACIONAL de Brasília, que guarda documentos do Serviço Nacional de Informações

de Informações do Exército, que funcionou até o ano anterior no Forte do Leme (RJ).

Das oito caixas de documentos consultados, emerge a pedagogia da segurança interna, a paranoia dos militares com a ameaça comunista e a necessidade de uma guerra sem limites contra o inimigo.

Dos 60 mil militares latinos trei-

nados no forte, aparece o nome do brigadeiro João Paulo Burnier, ex-comandante da Base Aérea do Galeão em 1971 e acusado pelo desaparecimento do militante do MR-8 Stuart Angel Jones.

Os agentes atuavam, entre outros locais, nos conhecidos DOI e Codi (Destacamento de Operações de Informações e Centro de

Operações de Defesa Interna).

A reportagem pediu acesso aos nomes dos instrutores dos cursos, mas a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), herdeira do SNI, não forneceu e nem justificou a negativa até a conclusão desta reportagem. Já o Exército se negou a fornecer os dados da escola que funcionou no Leme.

Candidatos passavam por investigação criteriosa

Ao fazer o dossiê sobre as pessoas que se candidatavam aos órgãos de informação, a apostila do EsNI era direta: o agente deveria começar o levantamento abrangendo o período em que o investigado iniciou a universidade, por volta dos 18 anos.

Em determinados casos, a investigação poderia ser ampliada até o período da adolescência do candidato. O objetivo era verificar a veracidade das informações fornecidas.

Depois, já selecionados, os recrutados eram novamente avaliados nos “requisitos indispensáveis” para integrar a rede de repressão: “lealdade, caráter, integridade moral, hábitos e atitudes que indiquem bom discernimento e discrição no trato com assuntos sigilosos, e ligações e amizades não comprometedoras”.

Esse tipo de investigação, extensiva aos agentes já recrutados, apontava também o grau de confiança a ser dado para ele no acesso a informações secretas. Com isso, era emitida uma credencial que indicava a classificação do agente.

Os cuidados com a segurança dos trabalhos também eram atentamente repassados durante a preparação dos agentes. A apostila “Planejamento de segurança” ensinava os cuidados que cercavam a montagem e o funcionamento de um “órgão de informação”.

O aluno aprendia que, para executar a missão em segurança, unidades como os Destacamentos de Operações de Informações (DOIs) precisavam de uma “corrente de proteção”, cujos elos eram formados pela chefia e pelos setores de análise, busca, arquivo, administração e contrainformação.

Os agentes desse setor ficavam responsáveis por emitir relatórios com informações de colegas e instituições.

Aulas para aprender a fazer disfarces

Uma orientação básica de segurança, tanto na preparação quanto na execução de uma ação de “combate à subversão”, era portar um kit de disfarce. Óculos, bigodes, pente, lápis de sobrancelha, boné, entre outros itens eram considerados essenciais para um agente preparado.

E, segundo um ex-instrutor, foram cooptados até maquiadores de teatro e TV para ensinar detalhes de maquiagem e colocação dos apetrechos como perucas, bigodes e costeletas. Sem nenhum

constrangimento, uma apostila de 44 páginas dedica um capítulo inteiro aos principais pontos a serem disfarçados.

Mas a aula exigia confiança e autoestima. O manual elencava as “anormalidades dos aspectos físicos específicos” como “orelhas grandes, cabelo sarará, vesgo, caolho, queixo anormal, cabeça grande, dentes para fora”.

Também as “deformidades”, listadas como “corcundas, membros alijados e lábios leporinos” e outros pontos que deveriam ser ob-

servados: o modo de andar “patinando ou de pernas abertas”.

Cuidado, tamanho e uso de perucas também eram assunto de segurança nacional. Os agentes precisaram esmiuçar maneiras de manter e modificar as cabeleiras.

A apostila ensinava ainda como seria possível conseguir bons tons de grisalho em cabelos, bigodes e barbas nos disfarces.

Mas cobrava atenção para que a escolha dos itens de disfarce fosse compatível com o tempo da ação em que seriam utilizados.



PERUCAS eram usadas por agentes

processo seletivo

novο milênio 2013/2

▶ inscrições e lista dos cursos
www.novomilenio.br

▶ data da prova
17 de junho

▶ 15% desconto
para cursos matutinos

Faculdade Novo Milênio | 27 3399.5555